

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ / SETOR LITORAL

LUCÉLIA TEREZINHA DZIUBATE FERREIRA

DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO

POLO NOVA TEBAS
2014
LUCÉLIA TEREZINHA DZIUBATE FERREIRA

DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado a UFPR, como avaliação final, para aprovação no Curso de Especialização em Educação do Campo – Modalidade EaD.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Silva

POLO / NOVA TEBAS
2014
DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Lucélia Terezinha Dziubate Ferreira

Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Este artigo teve como objetivo buscar embasamento teórico e legal sobre a gestão democrática e relatar a experiência vivenciada depois de colocá-los em prática, analisando os desafios enfrentados e os fatores que necessitam ser superados para a efetivação da gestão, numa perspectiva participativa e descentralizada. A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho consistiu em uma pesquisa exploratória bibliográfica, legal e de campo, referente ao tema em pauta. Justifica-se, entre inúmeras razões, pela necessidade de uma educação condizente e qualitativa para os povos do campo, sendo respeitadas as suas especificidades, pensada através do histórico e do olhar camponês e para este, com sua participação efetiva. O artigo mostra o campo teórico e a legislação vigente, bem como retrata todas as mudanças conceituais, atitudinais e de paradigma da comunidade escolar vivenciada, em uma escola do campo, que tenta implementar a gestão democrática, trazendo significado para os conhecimentos formais oferecidos pela escola, instrumentalizando o saber empírico e da prática social, oportunizando possíveis caminhos a serem trilhados, para uma transformação social, onde todos tenham direitos iguais e saibam disso.

Palavras-chave: Escola do campo - Desafios - Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da experiência de um processo de gestão, em uma escola do campo, onde pode-se observar os desafios encontrados para a superação do modelo tradicional de gestão, vislumbrando a efetivação de qualidade de ensino através da gestão democrática.

Tendo em vista a constante preocupação com a melhoria da qualidade da

Educação, levantou a necessidade de estudos sobre a gestão no ambiente escolar, necessidade de descentralização e democratização desta gestão e, assim, consequentemente, “ participação” tornou-se um conceito nuclear, que leva este trabalho a focalizar os desafios encontrados em uma instituição de ensino do campo, para efetivar a gestão democrática em seu bojo. Este documento foi construído através do processo de reflexão de todos os segmentos envolvidos: gestor, especialistas, funcionários, docentes, alunos, pais e comunidade local, que em uma ação conjunta, procura ter como principal objetivo, organizar todo o trabalho escolar, para que este de prioridade ao respeito e ao trabalho coletivo, como condições para a efetividade da qualidade de ensino e a busca pela democracia na gestão de uma instituição escolar, buscando a superação dos desafios encontrados no decorrer de todo o processo educacional. Um dos pontos norteadores da gestão democrática é a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, compondo a direção política, por dizer respeito à arte e à ciência de bem governar, com compromisso e responsabilidade para com o social e o coletivo e assim sendo, a construção deste PPP, na escola torna-se inconcluso, por não se findar, mas, ser ato contínuo, necessitando ser avaliado e acompanhado, tendo em vista a mutação de seus elementos, ou seja, modificam-se de um bimestre para outro, de um ano para ano, no mesmo ano; no mesmo mês, de escola para escola, na mesma escola, bem como aparecem desafios no decorrer do processo educacional e de gestão que focalizam direções diferentes para situação comum, necessitando de novas estratégias de ação e esta articulação deve fazer parte do cotidiano da comunidade escolar. Neste contexto, todos os envolvidos vão usando este documento, explicitando, detalhando e implementando-o, buscando a inserção da escola na transformação social, superando os desafios do medo da participação, exercendo a gestão democrática na escola do campo, como direito.

Tendo por base o contexto acima, determinou-se como objetivo geral deste trabalho: analisar os desafios encontrados na busca da gestão democrática na escola do campo e o processo de implantação e de entendimento desta gestão, tomando por base a própria experiência. A pretensão foi de analisar e avaliar as relações travadas e vivenciadas pelos sujeitos, suas principais formas de atuação, o significado de gestão democrática para a comunidade do campo e os reflexos desta no processo educacional, assim, este trabalho está estruturado em dois tópicos: No primeiro, traz-se um referencial teórico, mostrando onde está o embasamento teórico e legal que dá sustentação à toda discussão em pauta e no segundo, são apresentadas experiências que a gestão em uma escola do campo proporcionou, bem como sua efetivação enquanto gestão democrática ou não. Finalizou-se tecendo algumas considerações sobre o tema e ações participativas, bem como a

contribuição dessa prática para o processo educacional de qualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão escolar democrática e descentralizada está prevista na Constituição Federal de 1988 e ganhou legislação própria com a promulgação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, cuja redação pautada no princípio democrático do ensino público, descreve a escola como uma instituição autônoma e formadora de entendimentos, estabelecidos, através do consenso do coletivo campesino e gerado por este, vinculando a construção social de novas realidades à cultura local.

No Estado do Paraná a normatização da gestão escolar é prescrita pela Deliberação 16/99, do Conselho Estadual de Educação - CEE/PR, que em seu art. 4º, define que comunidade escolar compreende o “conjunto constituído pelos corpos docente e discente, pais de alunos, funcionários e especialistas, todos protagonistas da ação educativa em cada estabelecimento de ensino”; e que a organização institucional de cada um desses, terá reconhecido no regimento Escolar, seu espaço de atuação. Como decorrência do princípio constitucional da democracia e colegialidade, a gestão da escola pública, terá o Conselho Escolar como poder supremo, onde todas as pessoas ligadas à escola se fazem representar e decidem sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, como um canal de participação, que também atua como, instrumento de gestão da própria escola, cuja função é estudo e planejamento, debate, deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações que envolvem o processo educacional e contextual, tendo em vista que a população campesina está reconhecendo seu direito participativo. Para que isso se efetive na prática é necessário, que se fortaleça essa participação das instâncias colegiadas.

O fato de a participação nos colegiados apresentar-se como uma nova forma de gestão, não significa que o diretor perde seu caráter de responsável pela escola, pelo contrário, o gestor será articulador de todas estas participações, visando a co-responsabilidade de todos no processo ensino/aprendizagem, procurando garantir qualidade de ensino, através da visão global. Por meio dos colegiados, ele poderá contar com o apoio de outras pessoas envolvidas no processo educacional para conseguir implementar e consolidar os projetos de melhoria na escola e no ensino, levando em consideração as especificidades do campo. Ele concebe-se como gestor preocupado com a formação do cidadão consciente, participativo e emancipado humanamente. Esse conceito de gestão, que abre espaço para que os colegiados - legítimos representantes da comunidade escolar - tomem parte nas decisões e na

gestão da escola, principalmente na questão campesina, não acontece de maneira simples e plenamente satisfatória. Ainda existem muitos obstáculos que se contrapõem à participação coletiva exigida na democracia.

Paro (2005, p.19) afirma que “uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulados com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à democracia”, assim, percebemos que não é fácil o caminho a percorrer na gestão da escola do campo, mas, não impossível, se todos os atores envolvidos estiverem comprometidos com o papel social da escola campesina, pensada por essa e para essa.

Alguns instrumentos formais precisam de conjunção, para que a gestão democrática aconteça: eleições para de diretores, formação de conselho escolar, descentralização financeira e práticas efetivas de participação, a fim de conferir a cada escola, sua singularidade, articuladas em um sistema de ensino que igualmente promova a participação nas políticas educacionais.

“Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão, como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presente”.(LIBÂNEO, 2006, p. 328)

Percebe-se claramente transformação social, através de lutas por democracia, podendo ser citada a eleição de diretores, onde a comunidade envolvida no processo é que escolhe quem os representará, entretanto a democratização da escola pública do campo, vai muito mais além da escolha do diretor e do discurso de democracia, sendo necessário o fortalecimento de canais de participação da comunidade escolar, para a garantia de que acontecerá a mudança qualitativa do contexto social dos educandos, através dos conhecimentos adquiridos.

De acordo com Ciavatta (2002, p. 102) “ a prática social é educativa e no pedagógico há política, assim como vice-versa”. E ainda segundo ela: “A educação pode não ser democrática, mas a prática da democracia é, em si educativa”. Portanto a política educacional deve ter como destino e foco central a democracia, mesmo que demande muito trabalho e quebra de paradigmas, construídos e arraigados historicamente, oferecendo desafios para serem vencidos.

É preciso garantir não só o acesso do educando, na escola, mas, principalmente, a sua permanência, levando-os a aprender, percebendo ligação entre a teoria e a prática, sentindo-se parte integrante do processo em que estão envolvidos e a gestão democrática efetiva proporciona isso.

Paro (2004, p. 12) ao tratar sobre conselho escolar, contribui dizendo que

sendo este a representação de todos os segmentos da comunidade escolar “é um instrumento que existe e precisa ser aperfeiçoado com vistas a que se torne o embrião de uma verdadeira gestão colegiada que esteja articulada com os interesses populares da escola”.

Utilizando esta colocação feita por Paro, é que a escola deve buscar aprimoramento para instrumentalizar e capacitar seus partícipes, para que as ações sejam efetivadas substancialmente na prática.

A gestão democrática, está legalmente, está amparada tanto pela Constituição Federal (CF 05/10/1988), quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 20/12/1996) e também pelo Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n. 10.127, 09/01/ 2001) e agora a CONAE, também deixa claro, que a escola pública, só terá o êxito esperado se efetivamente concretizar a gestão democrática.

Na CF no Cap. III que se intitula “Da Educação, da Cultura e do desporto” o Art. 206, VI afirma “gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e ainda no item VII – “garantia de padrão de qualidade”. A LDB/96, no Art. 3o. Item VIII reafirma tal ideia, utilizando os termos:

“gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. E os artigos 12 a 15 da mesma Lei, reafirmam a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola, acentuando a importância da articulação com “as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com escola” (Art. 12, item VI).

A gestão constitui um processo pedagógico e apresenta um caráter dinâmico, dialético com a comunidade escolar e se dá no movimento político administrativo da escola, através da articulação e integração entre os envolvidos. Ele constrói-se no interior da mesma, sendo inerente ao processo pedagógico. Pressupõe a gestão democrática: autonomia, no aspecto pedagógico, para adequar o processo educacional a realidade, administrativa, onde a participação de todos administram melhor e com maior eficiência e financeira, para decidir sobre a destinação dos recursos, dentro do previsto pela SEED e pela legislação vigente. Isto acontece pelas novas relações sociais que estabelece, pela democratização das decisões e emancipação dos atores do processo.

Genuíno Bordignon e Regina Gracindo (2002), ao abordarem a temática, afirmam que:

(...) a gestão democrática para se constituir enquanto tal, deve se amparar num paradigma emergente que tem como características básicas, uma concepção dialética da realidade, o entendimento de que existe uma relação intersubjetiva entre sujeito e objeto do conhecimento e que entende o homem como sujeito histórico, que sofre os condicionantes da realidade atual, mas que traz consigo a capacidade histórica de nela intervir.

É de fundamental importância a existência de espaços, para que haja uma

gestão democrática, oportunizando novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares, principalmente na escola do campo, que é um dos poucos pontos de encontro dos envolvidos e onde todos são munidos do mesmo poder decisório, conforme nos declara autores abaixo:

“O poder não se situa em níveis hierárquicos, mas nas diferentes esferas de responsabilidade, garantindo relações interpessoais entre sujeitos iguais e ao mesmo tempo, diferentes. Essa diferença dos sujeitos, no entanto, não significa que um seja mais que o outro, ou pior ou, melhor, mais ou menos importante, nem concebe espaços para a dominação e a subserviência, pois estas são atitudes que negam radicalmente a cidadania. As relações de poder não se realizam na particularidade, mas na intersubjetividade da comunicação entre os atores sociais. Nesse sentido, o poder decisório necessita ser desenvolvido com base em colegiados consultivos e deliberativos.”(BORDIGNON e GRACINDO, 2002, p. 151-152).

A gestão democrática da educação formal, está associada ao estabelecimento de formas legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Essa democratização também pode, se efetivada, buscar estratégias para garantir a permanência do aluno na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação e a mudança qualitativa do contexto.

A escola democrática e descentralizada passa, concomitantemente, a ser autônoma, tendo independência para gerir sua variedade de abrangências, mediante o compromisso de promover a participação de todos os elementos envolvidos no contexto educacional (direção, professores, pais, profissionais e demais elementos interessados, pertencentes à comunidade local), e a responsabilidade de constantemente prestar contas dos atos.

Busca-se a gestão democrática, neste caso em questão da “escola do campo” para tentar a eficácia e garantia da qualidade, conseguindo alcançar os objetivos propostos. Percebe-se que todas as políticas educacionais e os sistemas de ensino, direcionam para a gestão democrática, compartilhada e participativa, proporcionando uma interlocução entre os envolvidos no processo educacional, de uma forma flexível e consistente, através de uma confrontação de ideias e de conhecimentos, fazendo um equilíbrio, que muitas vezes, pode, no início não ser tão harmonioso, mas, que encontra-se aí, a dialética de que precisamos, para uma aprendizagem qualitativa, pois, como bem aponta BASTOS:

“As relações entre os gestores das atividades educativas devem estar abertas ao conflito, pois o consenso não é ponto de partida para a interação dos gestores, pois, apenas obscurece a diversidade, sendo que ele deve ser buscado na trajetória que comporte a discussão e o conflito, enfim, o consenso e as decisões devem ser construídos coletivamente”. (BASTOS,

1999, p. 23).

Quando a escola é democraticamente administrada, os funcionários, pais, classe discente e docente, comunidade em geral, são envolvidos no estabelecimento de objetivos, na solução de problema, na tomada de decisões, no estabelecimento e manutenção de padrões de desempenho e na garantia de que sua organização, onde este atende adequadamente às necessidades da sociedade contemporânea. E uma gestão só é democrática, quando todos se envolvem no processo.

Entretanto, essa concepção de gestão, exige do profissional instituído na função (gestor escolar), uma qualificação sustentada nos fundamentos da liderança voltada para o sucesso do processo de desenvolvimento humano e a formação da cidadania, por meio da organização, mobilização e articulação de todas as condições humanas e materiais disponíveis.

Nas escolas do campo, as lutas e conquistas, são constantes, sendo fundamental mantê-las e as práticas do cotidiano escolar constituem um horizonte para o surgimento, crescimento e consolidação deste projeto democrático, onde a investigação e avaliação constante das práticas docentes, administrativas, financeiras e culturais, devem ser um horizonte que aponta uma direção democrática. A educação trabalha para o bem comum, se, esta, atuar, juntamente com a sociedade e nela perceber-se inserida e vice-versa, com certeza, os resultados serão benéficos para os atores envolvidos. Toda a legislação pertinente dá a instituição educacional, a autonomia, para gerenciar pedagógica, administrativa e financeiramente, desde que esta autonomia, não ultrapasse os limites legais.

A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Esta regulamentação apresenta o princípio da autonomia delegada, pois a lei decreta a gestão democrática, mas, não estabelece diretrizes específicas para delinear esta gestão, aponta o lógico, a participação de todos os envolvidos. No contexto apresentado, o caráter deliberativo da autonomia, mostra uma posição articulada com o Estado.

Ainda, a comunidade escolar, não tem um sentimento de pertencimento, com relação ao processo ensino/aprendizagem e todos os desafios que a envolvem,

talvez, por falta de maior abertura, por parte do gestor. É preciso que educadores e gestores se reeduquem, na perspectiva de uma ética e de uma política, no sentido de criar novas formas de participação na escola pública, tais como ouvindo, registrando e divulgando o que alunos e comunidade pensam, falam, escrevem sobre o autoritarismo, liberdade da escola pública e as desigualdades da sociedade brasileira. É dando vazão para a construção de redes de falas e de registros, ações e intervenções, que poderão surgir novos movimentos de participação ativa. Como, expressa Paro:

“cabe aos profissionais da educação fazerem valer o seu papel de educador, dando ênfase a um ensino mais democrático, com diálogos abertos, com informações que provoquem reflexões a respeito dos fatos sociais existentes. É importante que se trabalhe sempre com o concreto, assim o educando se sentirá estimulado a criar situações como todo o processo democrático, que é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação.” (PARO, 1997, p.17).

O atual processo de gestão democrática e participativa, que procura superar o modelo tradicional, não é uma função do gestor escolar, sozinho, mas, da realização de um trabalho participativo, que envolve todos os segmentos sociais, que compõem a escola do campo e o ato de pesquisar formas de articular para que isso aconteça, já faz parte do processo democrático. Isso vem oportunizar a superação do autoritarismo, que permanece ainda no interior de muitas escolas, mesmo que camuflado.

O paradigma da gestão escolar democrática traz, junto com a autonomia, a ideia e a recomendação de gestão colegiada, responsabilidades compartilhadas pelas comunidades interna e externa. Esta forma não só abre espaço para iniciativa e participação, como reivindica isso da equipe escolar, alunos e pais, delegando poderes, para que juntos possam resolver o desafio da qualidade da educação no âmbito de sua instituição escolar, com as especificidades do campo. Com a gestão democrática e compartilhada, o último perfil de líder é mencionado como: o que enfrenta problemas nada fáceis de resolver, cuja solução é buscada através de engajamento e sintonia com o grupo de atores envolvidos, primando pela qualidade de ensino, desenvolvimento integral e pleno do educando e de mudança qualitativa do contexto.

A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO

A menção da gestão democrática tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na LDB(9394/96), é resultado de muita luta, em especial da classe docentes

e discente, no entanto, ainda não efetiva-se plenamente, mesmo estando expressa em cartas legais, com louvor, não é garantia de que o processo ocorra em instituições de ensino, pois principalmente nas escolas do campo, da para perceber que ainda carrega arraigada, devido ao afastamento que a escola tradicional criou, através do autoritarismo, criando desafios que dificultam a articulação para uma gestão democrática, mas, não é impossível, apenas precisa de um esforço coletivo intenso, para que se faça a mudança plena e se efetive esse modelo de gestão mais participativo e descentralizado, com os princípios e função social a que se destina.

O fato de que a ideia, gestão educacional acontece associada a um contexto de outras ideias, como, por exemplo, transformação e cidadania, permitindo que possamos pensar gestão, no sentido de uma articulação consciente, entre ações que se realizam no cotidiano da instituição escolar e o seu significado político e social, sendo este um desafio bastante grande, por ainda a escola não conseguir fazer plenamente essa ponte de ligação entre o educacional e o social, tendo em vista que nem todos os atores envolvidos no processo apresentam sentimento de pertencimento e assim, não assumem a sua co-responsabilidade dentro do sistema. No entanto, não se pode dizer que não houve avanço, pois percebemos em apenas cinco anos de gestão, que a participação dos agentes envolvidos aumentou em quase cinquenta por cento e a co-responsabilidade vem também tendo índices significativos em todos os aspectos.

A atual forma de gestão deve superar o modelo tradicional, onde a concentração da autoridade compete ao gestor e este é o responsável absoluto por todas as decisões dentro da instituição de ensino, no entanto, para que a gestão democrática aconteça a contento, a participação da comunidade escolar é essencial, no momento de partilhar o poder através da descentralização, até o momento de tomar as decisões, que influenciarão no cotidiano da escola, na avaliação e nos resultados, que proporcionem a satisfação de todos os indivíduos, que compõem a comunidade escolar. A gestão democrática implica primeiramente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização e descentralização, mas, muitas vezes este, a instituição escolar ainda é obrigada a submeter-se a poder hierárquico partidário, sendo a autonomia restrita. Quando iniciamos a gestão e propusemos um trabalho mais participativo e democrático, levando as instâncias colegiadas a se manifestarem mais, a percepção foi que a comunidade escolar foi chegando mais e mostrando mais interesse em ajudar a gerir a instituição a qual são parte fundamental. O conselho escolar começou a fazer realmente seu papel de poder supremo; o corpo docente e funcionários demonstram diariamente companheirismo e cooperação; os pais começaram a ir mais à escola para dar opinião, manifestar desagrado ou proposição; os alunos fundaram um grêmio

estudantil e este tornou-se atuante e indispensável para o bom andamento da escola.

O movimento de gestão democrática da educação de maneira geral, teve avanço nas décadas de 80, até meados da década de 90 e mesmo com toda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 de 20 de dezembro de 1996, exigindo esta forma de gestão, confirmado a participação, não só na gestão da escola, mas, também na construção do Projeto Político Pedagógico, isso não se consolidou plenamente, principalmente nas escolas do campo, que ainda buscavam e buscam a sua própria identidade, pois não sabem exatamente qual seu papel diante da sociedade e o poder que exerce sobre ela. Em nossa escola, procuramos, na medida do possível, através de reuniões mensais com representantes dos segmentos, criar o PPP e depois ir implementando-o coletivamente, proporcionando a todos os atores envolvidos a sua parcela de participação, para que, cada um pudesse se ver inserido na instituição e no seu perfil.

Segundo a LDB, no seu Art. 3º, para se efetivar uma Educação Qualitativa no ambiente escolar, a escola deve organizar-se em torno princípios norteadores, que entre eles está: a **gestão democrática**, onde, todos possam participar do processo educacional, elaborando e pensando a educação, com suas especificidades, que no caso em questão é educação do campo, objetivando instrumentalizar os saberes da prática social para a sua transformação, dando ao aluno, condições de atuar no seu contexto, com qualidade, clareza, objetividade, conhecimento, eficácia, bom senso e domínio do que se faz, no entanto, mesmo com tantos documentos que levam para esse caminho, não dá ainda para sentir uma transformação social significativa, causada através da educação.

A experiência na gestão educacional no âmbito da escola do campo direcionou o olhar para a seguinte questão: precisamos fazer mais e cada vez melhor; articular e dar mais abertura, para consolidar realmente a gestão democrática participativa no interior da escola, pois os anos vividos no espaço escolar do campo proporcionaram grandes questionamentos e a inquietação sobre como fazer para contribuir e buscar relações no contexto escolar, balizadas por participação, democracia e resgate da cidadania dos atores do processo.

Seguramente, pode-se dizer que atualmente, o Conselho Escolar está iniciando o seu papel de canal de participação representativo de todos os segmentos, mesmo que aconteça de forma ainda tímida, caminha-se para tal e a participação da comunidade escolar, já não é mais **utopia**, pois é notório que se a escola abrir suas portas, a comunidade escolar sentir-se-á parte integrante do processo, unindo forças e buscando conjuntamente autonomia para fazer educação condizente com as especificidades do povo do campo, garantindo significação no

que se aprende através da união da teoria com a prática em busca da qualidade de ensino.

CONCLUSÃO

Levando em consideração o histórico da educação do campo, observa-se mudanças significativas na gestão escolar, muito embora a gestão idealizada, ainda, não seja plenamente vivenciada no cotidiano de muitas instituições de ensino e principalmente nas escolas do campo, onde é tímida a participação da comunidade escolar devido ao autoritarismo deixado pela gestão tradicional.

Caminha-se para uma efetiva gestão democrática, pois já está acontecendo um planejamento coletivo; uma relação mais estreita e sintonizada entre professor e aluno; maior liberdade e abertura da escola para os pais e presença de órgãos colegiados na tomada de decisões, tendo como meta, a instrumentalização dos saberes da prática social para a sua transformação, dando ao aluno, condições de atuar no seu contexto, com qualidade e responsabilidade social, mantendo a garantia das conquistas democráticas e da identidade tão almejada, buscada e adquirida, enquanto escola do campo.

Muitos são os desafios, como já mencionados no decorrer deste trabalho, mas, a efetivação desta gestão democrática, acredita-se que esteja ligada à mudança nos fins da educação, e não somente em alguns processos. A escola do campo, não superará os desafios e nem se tornará democrática por meio da simples instalação do Conselho Escolar, mas, sim, a partir do momento em que seus objetivos estejam atrelados aos da comunidade escolar, de suas características, especificidades e principalmente da classe trabalhadora, onde a mesma sinta-se participe, com poder de decisão e autonomia na gestão, buscando qualidade de ensino, emancipação humana e política de todos e para todos os atores envolvidos no processo educacional.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, João Baptista. Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP & A: SEPE, 1999.
- BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: município e escola. IN: FERREIRA, N. S. e AGUIAR, M. A. (Orgs.). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases das Educação Nacional. MEC, 1996.

CIAVATTA, M. Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro/ Organizado por Osmar Fávero, Giovani Semeraro. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

_____. Deliberação nº 016/99,. Dispõe sobre a elaboração de Regimentos Escolares. Curitiba, 1999.

GADDOTI, Moacir. Dimensão política do projeto pedagógico. Minas Gerais: SEED, 2001. (Apostila).

LIBÂNEO, J.C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J.C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LÜCK et al, Heloisa. A escola participativa o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Caderno temático - organização do trabalho pedagógico. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar, 2010.

PARANÁ - Conselho Estadual de Educação do Paraná. Deliberação no 014/99, aprovada em 08/10/99. Trata dos indicadores para elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica em suas diferentes modalidades. Curitiba, 1999. _____. Estatuto do Conselho Escolar. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Coordenação de Apoio a Direção e Equipe Pedagógica. Curitiba: SEED, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo:

Cortez, 2000.

ROMÃO & PADILHA. Diretrizes escolares e gestão democrática da escola. São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, D.. Saberes implicados na formação do educador. In: Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, C. A da. (Orgs.), VI. 1. São Paulo: Ed. UEP, 1996.

SEED-PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Guia de Gestão Escolar: informações e orientações práticas para o dia-a-dia da escola pública. Curitiba: SEED/SGI, 2002.

VASCONCELOS, C. Projeto político-pedagógico: o planejamento como instrumento de transformação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DOS EXPOENTES NA EDUCAÇÃO, 2. Livro do Congresso. Curitiba, 2002.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto político pedagógico: uma construção possível. Campinas-SP: Papirus 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus, 2002.

SITES PESQUISADOS

<http://www.pedagobrasil.com.br/pedagogia/agestaoeducacional.html>

<http://www.pigarroiogrande.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/24/1980/1694/arquivos/File/PPPATUAL.doc>

www.pigarroiogrande.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/24/...

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao161999.pdf>

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1099-4.pdf>

<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4->

sala_politica_gestao_escolar/pdf/conselho_esc_autonomia.pdf

<http://www.webartigos.com/artigos/o-papel-do-diretor-na-gestao-democratica/68903>

http://www.gostodeler.com.br/materia/18182/notas_historico-filosoficas_acerca_da_infancia.html

<http://www.infoescola.com/educacao/gestao-democratica>

